

A CONDIÇÃO FRONTEIRIÇA EM *O RETORNO*, DE DULCE MARIA CARDOSO, E EM SUA EPÍGRAFE, DE DULCE MARÍA LOYNAZ

Data de aceite: 02/05/2023

Gabriela Cristina Borborema Bozzo

FCLAr/UNESP

Araraquara – SP

<http://lattes.cnpq.br/8978103083856101>

Grosfoguel para compreender a condição fronteiriça.

PALAVRAS-CHAVE: Condição fronteiriça. Não-pertença. Epígrafe. Dulce Maria Cardoso. Dulce María Loynaz.

RESUMO: A condição fronteiriça estudada na decolonialidade pode ser relacionada à não-pertença por nós definida em pesquisa prévia. Assim, figuram nosso *corpus* o romance português contemporâneo *O retorno*, de Dulce Maria Cardoso, e o texto-origem de sua epígrafe, o poema “Rosas”, da escritora cubana Dulce María Loynaz. Objetivamos averiguar as relações entre a condição fronteiriça decolonial e a não-pertença, bem como a relação entre esses conceitos e o romance e o poema do qual se origina sua epígrafe. Ou seja, estudamos relações entre dois conceitos e como se dá a relação entre esses no intertexto romance-epígrafe. Para tanto, embasamos em duas publicações nossas prévias, a saber, *O que é a não-pertença e como se dá a sua construção em Os meus sentimentos, de Dulce Maria Cardoso* e “Não-pertença: uma definição psicossocial” para a definição da não-pertença; em “Decolonialidade e perspectiva negra”, de Bernardino-Costa e

THE BORDER CONDITION IN *O RETORNO*, BY DULCE MARIA CARDOSO, AND IN ITS EPIGRAPH, BY DULCE MARÍA LOYNAZ

ABSTRACT: The border condition studied in decoloniality can be related to the sense of not belonging defined by us in previous research. Thus, our *corpus* includes the contemporary Portuguese novel *O retorno*, by Dulce Maria Cardoso, and the source text of its epigraph, the poem “Rosas”, by the Cuban writer Dulce María Loynaz. We aim to investigate the relationship between the decolonial border condition and the sense of not belonging, as well as the relationship between these concepts and the novel and the poem from which its epigraph originates. In other words, we study relationships between two concepts and how the relationship between them occurs in the novel-epigraph intertext. In order to do so, we base ourselves on two previous publications of ours, namely, *O que*

é a não-pertença e como se dá a sua construção em *Os meus sentimentos*, de Dulce Maria Cardoso and “Não-pertença: uma definição psicossocial” for the definition of the sense of not belonging; in “Decolonialidade e perspectiva negra”, by Bernardino-Costa and Grosfoguel to understand the border condition.

KEYWORDS: Border condition. Non-belonging. Epigraph. Dulce Maria Cardoso. Dulce María Loynaz.

1 | INTRODUÇÃO

A priori, a condição fronteiriça definida por Bernadino-Costa e Grosfoguel está relacionada aos povos periféricos em um território nacional, como é o caso de negros e indígenas no Brasil. Essa condição fronteiriça pode ser relacionada à não-pertença por nós definida em pesquisa prévia, a qual figura o sentimento de deslocamento que o indivíduo experiencia quando age nos extremos “eu” e/ou “mim”, por nós definidos previamente embasando-nos na psicologia social de George H. Mead.

Já o *corpus* do presente estudo é composto, primeiramente, pelo romance *O retorno*, da escritora portuguesa contemporânea Dulce Maria Cardoso. A obra apresenta a perspectiva do narrador-protagonista adolescente angolano Rui, cujos pais são portugueses, e cuja família retorna para Portugal com a descolonização da Angola na década de 1970.

Segundamente, o *corpus* é também composto pelo texto-origem da epígrafe de *O retorno*, ou seja, o poema “Rosas”, da escritora cubana Dulce María Loynaz. O trecho final do poema, que aparece no romance na fala de Rui como algo que sua mãe diz, é “las cosas que se mueren / no se deben tocar” (LOYNAZ, 2018). Traduzindo, as coisas que morrem não se devem tocar. Assim, a epígrafe figura uma referência à não verbalização do passado, que já está morto e não deve ser tocado.

Embasamo-nos, pois, em (1) *O que é a não-pertença e como se dá a sua construção em Os meus sentimentos*, de Dulce Maria Cardoso e “Não-pertença: uma definição psicossocial”, publicações nossas prévias para a definição da não-pertença; (2) “Decolonialidade e perspectiva negra”, de Bernardino-Costa e Grosfoguel para compreender a condição fronteiriça.

2 | A CONDIÇÃO FRONTEIRIÇA E SUA RELAÇÃO COM A NÃO-PERTENÇA

Inicialmente, é cabe ressaltar que há potência dos escritos decoloniais em averiguar nosso *corpus* – o romance português *O retorno* e sua epígrafe, bem como o texto-origem da epígrafe –, e é importante destacar o que afirmam Bernardino-Costa e Grosfoguel (2016, p. 20) em “Decolonialidade e perspectiva negra”, quando àqueles que são atravessados pela colonialidade no mundo moderno/colonial:

(...) o projeto decolonial reconhece a dominação colonial nas margens/ fronteiras externas dos impérios (nas Américas, no sudeste da Ásia, no norte da África), bem como reconhece a dominação colonial nas margens/frenteiras

internas dos impérios, por exemplo, negro e chicanos nos Estados Unidos, paquistaneses e indianos na Inglaterra, magrebinos no França, negros e indígenas no Brasil etc.

Essa afirmação pode ser estendida aos seres fronteiriços de *O retorno*: Rui e Milucha, nascidos em Angola, filhos de portugueses, que se tornam retornados. Os retornados em Portugal seriam, assim, para nós, dominados fronteiriçamente pela colonialidade.

Assim, embora em Angola o outro seja o negro, em Portugal o outro é o retornado. A visão do outro nesse contexto decolonial também é proposta por Bernardino-Costa e Grosfoguel (2016, p. 17-18):

A partir do século XVI iniciou-se, portanto, a formação do eurocentrismo ou, como nomeia Coronil (1996), do ocidentalismo, entendido como o imaginário dominante do mundo moderno/colonial que permitiu legitimar a dominação e a exploração imperial. Com base nesse imaginário, o outro (sem religião certa, sem escrita, sem história, sem desenvolvimento, sem democracia) foi visto como atrasado em relação à Europa. Sob esse outro é que se exerceu o “mito da modernidade” em que a civilização moderna se autodescreveu como a mais desenvolvida e superior e, por isso, com a obrigação moral de desenvolver os primitivos, a despeito da vontade daqueles que são nomeados como primitivos e atrasados (Dussel, 2005). Esse imaginário dominante esteve presente nos discursos coloniais e posteriormente na constituição das humanidades e das ciências sociais. Essas não somente descreveram um mundo, como o “inventaram” ao efetuarem as classificações moderno/coloniais. Ao lado desse sistema de classificações dos povos do mundo houve também um processo de dissimulação, esquecimento e silenciamento de outras formas de conhecimento que dinamizavam outros povos e sociedades.

Dessa forma, os retornados se tornam um povo que, com o movimento da colonização, colonizam Angola e, posteriormente, com a descolonização, retornam ao país de origem, tornando-se o outro em Portugal.

Assim, o sujeito que vive na fronteira e rejeita ou incorpora a narrativa colonial é discutido por autores dos estudos decoloniais. Sobre isso, Bernardino-Costa e Grosfoguel (2016, p. 18) afirmam:

Porém, os sujeitos coloniais que estão nas fronteiras – físicas e imaginárias – da modernidade não eram e não são seres passivos. Eles podem tanto se integrar ao desenho global das histórias locais que estão sendo forjadas como podem rejeitá-las. É nessas fronteiras, marcadas pela diferença colonial, que atua a colonialidade do poder, bem como é dessas fronteiras que pode emergir o pensamento de fronteira como projeto decolonial.

Desse modo, temos, nos estudos decoloniais, a ideia de que a modernidade vem junto com a colonialidade, bem como o conceito de sistema-mundo. Nesse sentido, a condição fronteiriça proposta no trecho pode ser relacionada ao sentimento de não-pertença definido por nós em pesquisa prévia. Isso pode ser observado, inicialmente, nos diferentes nomes que os diversos pesquisadores dão à não-pertença:

(...) cabe salientar as diferentes nomeações desse sentimento na fortuna

crítica. O que chamamos de não-pertença é chamado de “desajuste” (BARROS, 2016, p. 194), “sentimento de sem-lugar” (KELM, 2011, p. 180), “sentimento de inadequação” (MACHADO, 2013, p. 1), “não pertencimento” e “sentimento na fronteira” (MALTA, 2014, p. 11; 75). Esse sentimento é definido por Machado (2014, p. 179) como “autoexílio identitário.” Contudo, optamos por “não-pertença” por ser o termo aludido pela escritora em entrevista, (...). (BOZZO, 2020, p. 31)

Dentre os nomes dados ao sentimento por nós referido como “não-pertença”, temos “sentimento de sem-lugar” e “sentimento na fronteira”, e ambos nomes podem ser relacionados à ideia decolonial do sujeito fronteiriço e sua negação ou incorporação da narrativa local.

A não-pertença, assim, definida previamente em dissertação de mestrado (BOZZO, 2020, p. 5-14), foi trabalhada por nós na vertente da psicologia social, com o aparato da psicologia humanista, da sociologia e da história, como foi por nós dito:

Para definir a não-pertença, embasamo-nos na psicologia social de George H. Mead, organizada por Charles W. Morris no volume *Mente, self e sociedade* (2010) a partir de anotações dos alunos de Mead, da Universidade de Chicago, onde lecionou de 1901 a 1931. Chegamos à teoria de Mead por meio das considerações de Axel Honneth, em *Luta por reconhecimento* (2003), em que ele afirma ser a teoria de Mead a melhor atualização do estudo hegeliano sobre a necessidade de reconhecimento intersubjetivo. Desse modo, a não-pertença, apesar de não mencionada diretamente por Mead, é definida por nós como o resultado do desequilíbrio entre as fases do *self* que ele propõe, sendo esse último o processo no qual a personalidade do indivíduo se desenvolve. Além dela, também utilizamos como baliza teórica para a definição a teoria da motivação humana do psicólogo humanista Abraham Maslow (1987), primeiramente publicada em 1943, e os conceitos de identidade e pertencimento de Zygmunt Bauman (2005), publicados inicialmente em 2004. (BOZZO, 2020, p. 3).

Assim, com o embasamento descrito e aparando-se principalmente na psicologia social de Mead, a não-pertença foi definida como fruto do desequilíbrio entre as fases do *self*, ou seja, fruto da conduta do extremo “eu” ou extremo “mim” que geram, respectivamente, autoexílio identitário e automutilação identitária, como afirmamos em outra publicação prévia:

Em primeiro lugar, a não-pertença trata-se de um sentimento experienciado pelo indivíduo que não se sente parte do meio em que está inserido. Além disso, para a escritora Dulce Maria Cardoso, a pertença constitui um instinto humano. Nesse sentido, a não-pertença é, inicialmente, uma experiência relacionada ao tempo histórico-político em que o sujeito vive, uma vez que a crise do pertencimento a uma ideia de nação gera o questionamento acerca da nossa identidade, como propôs o historiador e sociólogo Zygmunt Bauman (2005, p. 26). Além disso, a não-pertença constitui uma necessidade intrínseca ao ser humano, compondo uma das necessidades básicas da hierarquia proposta pelo psicólogo humanista Abraham Maslow (1987, p. 20-21). Partindo da necessidade de pertencimento como intrínseca ao ser humano e da afirmação sobre a pertença da escritora portuguesa

contemporânea, chegamos à necessidade de reconhecimento intersubjetivo estudada por Hegel, cuja atualização do estudo, segundo o sociólogo alemão Axel Honneth(2003, p. 125), é desenvolvida pelo psicólogo social George H. Mead (2010, p. 151). Nesse sentido, utilizando a teoria de Mead como baliza teórica, propomos como definição de não-pertença o sentimento resultante do desequilíbrio entre as fases do *self*, processo social no qual a personalidade se desenvolve. Desse modo, o indivíduo assume as condutas do extremo “eu” ou extremo “mim”, não estabelecendo uma relação de mudança mútua com a sociedade e, como consequência, experienciando a não-pertença. (BOZZO, 2020, p. 232-233).

Dessa forma, a condição fronteira estudada pelos autores decoloniais pode ser relacionada à não-pertença uma vez que, quando luta excessivamente para pertencer (extremo “mim”), mutila-se identitariamente para se encaixar e, quando o indivíduo se exclui porque a atividade coletiva é excluí-lo, incorporando-a (extremo “eu”), exila-se identitariamente do corpo social. Assim, a condição fronteira dos retornados é atravessada pelas duas faces da não-pertença – o extremo “eu” e o extremo “mim” – na narrativa escolhida como *corpus*, e isso pode – e será – relacionado à epígrafe escolhida para o romance por Dulce Maria Cardoso.

3 | O CORPUS: O RETORNO, DE DULCE MARIA CARDOSO, E SUA EPÍGRAFE, DE DULCE MARÍA LOYNAZ

O retorno (2013), de 2012, conta a ida da família de Rui, retornada, de Angola para Portugal. O narrador-protagonista, Rui, partilha conosco sua perspectiva adolescente da situação, contaminando-nos com sua imaturidade de inocência e com a mudança dessas duas características quando decide ser o “chefe de família” até a quase mítica chegada de seu pai.

Por sua vez, a epígrafe em questão “Las cosas que se mueren / no se deben tocar” (LOYNAZ *apud* CARDOSO, 2013, p. 269), é retirada do poema “Rosas”:

En mi jardín hay rosas:
Yo no te quiero dar las rosas
que mañana...
mañana no tendrás.

En mi jardín hay pájaros
con cantos de cristal:
No te los doy,
que tienen alas para volar ...

En mi jardín abejas
labran fino panal:
¡Dulzura de un minuto...
no te la quiero dar!

Para ti lo infinito o nada;
lo inmortal o esta muda tristeza

que no comprenderás ...
La tristeza sin nombre de no tener que dar
a quien lleva en la frente algo de eternidad ...

Deja, deja el jardín...
No toques el rosal:
las cosas que se mueren
no se deben tocar.¹

As quatro primeiras estrofes podem ser relacionadas às memórias de Rui de Angola cuja continuidade lhe é negada na mudança para Portugal no movimento dos retornados. Como exemplo, temos a primeira estrofe, que afirma que “eu não quero te dar rosas / que amanhã... / amanhã você não terá”, como se “as rosas” (as flores, que representam a beleza mais singular da terra) de Angola lhe fossem negadas, pois amanhã ele estará em Portugal e não mais em Luanda. O jardim também lhe é negado, o que pode ser uma alusão à sua casa em Luanda, cujo jardim era cuidado por Glória, sua mãe. E a estrofe final contém a epígrafe do romance, cuja tradução é uma frase dita pela mãe de Rui, segundo o narrador-protagonista: “Nunca nos deixava tocar nas rosas, as coisas que morrem não se devem tocar, a mãe sempre disse coisas esquisitas.” (CARDOSO, 2012, p. 150-151).

Além disso, pode ser interpretada como uma alusão ao fato de muitos retornados terem vergonha até hoje de dizer sua origem, pois, como observamos na fala de Cardoso em entrevista, ser retornado em Portugal ainda é um estigma:

Fui ver uma casa para comprar em 2009, pouco antes de escrever o livro, e a dona disse: “Sabe, isto está em muito mau estado porque estiveram cá retornados.” E eu disse “não, não sei”. O estigma estava ainda muito presente. Por exemplo a minha irmã, que sofreu muito mais do que eu, por ser mais

1 No meu jardim há rosas:
Eu não quero te dar as rosas
que amanhã...
amanhã você não terá.

No meu jardim há pássaros
com cantos de cristal:
Eu não dou para você,
quem tem asas para voar...

No meu jardim há abelhas
funcionam bem no favo de mel:
Doçura de um minuto...
Eu não quero te dar!

Para você o infinito ou nada;
o imortal ou esta triste tristeza
que não compreenderás...
A tristeza sem nome de não ter que dar
quem leva na testa alguma eternidade...

Saia, saia do jardim...
Não toque na roseira:
as coisas que morrem
não se devem tocar.
(tradução nossa).

velha, só quando publiquei o livro é que pessoas que trabalham com ela há mais de 30 anos souberam que é retornada: nunca disse. A primeira coisa que ouvimos aqui, e ela desatou a chorar, foi “vocês estão todas furadas pelos pretos”. (CARDOSO, 2016, p. 4).

Assim, a epígrafe pode ser relacionada ao silêncio sobre os retornados e sobre esse período da história portuguesa, bem como parece denunciar o estigma em torno de ser retornado, convidando o leitor a tocar sim no que está “morto” e a visitar esse trecho da história portuguesa por meio da leitura da narrativa de Cardoso.

4 | A CONDIÇÃO FRONTEIRIÇA E A NÃO-PERTENÇA EM *O RETORNO* E NA RELAÇÃO DESSE COM SUA EPÍGRAFE

No início de *O retorno*, cuja narração se inicia em 1975, Rui esclarece quem é o outro em Angola: “Eles são os pretos” (CARDOSO, 2013, p. 8). O narrador-protagonista, adolescente, denuncia o silêncio do almoço que antecede a ida a Portugal: “Antes de os tiros terem começado o futuro seria sempre melhor. Agora já não é assim e por isso já não temos assuntos para falar. Nem planos.” (CARDOSO, 2013, p. 9). Ele assemelha a doença da mãe ao caos da guerra pelo silêncio que circunda as duas situações. Não fica claro na narrativa qual a doença da mãe, Glória. Pelos que é dito, parece ser esquizofrenia ou algum outro transtorno psíquico.

Rui cita o colonialismo ao referir-se aos soldados portugueses em Angola, que não mais protegem a população portuguesa na terra africana: “Para o pai os soldados portugueses são uns traidores reles mas para o tio Zé são heróis antifascistas e anticolonialistas.” (CARDOSO, 2013, p. 12). O narrador-protagonista lamenta o fim do colonialismo em Angola, onde o outro é o negro, que está a reivindicar seus direitos. É o que se percebe quando afirma: “Nem os tiros conseguem desfazer o silêncio da nossa partida, amanhã já não estamos aqui. Ainda que gostemos de nos enganar dizendo que voltamos em breve, sabemos que nunca mais estaremos aqui. Angola acabou. A nossa Angola acabou.” (CARDOSO, 2013, p. 14).

Assim, na perspectiva de Rui, fronteira – sua Angola já não existe, mas Portugal lhe é uma terra estranha – temos também a não-pertença dessa família que ficou em Angola apesar de todos conhecidos já terem partido para Portugal, por teimosia do pai. Essa família, por meio do silêncio, tentou matar o que estava a ocorrer à sua volta no país em que vivem. Ignoram os tiros. A ausência dos conhecidos. Mutilam-se identitariamente para pertencer, como faz o extremo “mim” em nossa definição da não-pertença.

Ser negro, para Rui e sua família, é uma ofensa. Ainda no primeiro capítulo, Rui descreve os negros:

Os pretos. A não ser que se queira explicar o que são, aí é o preto, o preto é preguiçoso, gostam de estar ao sol como os lagartos, o preto é arrogante, se caminham de cabeça baixa é só para não olharem para nós, o preto é burro,

não entendem que se lhes diz, o preto é abusador, se lhes damos a mão querem logo o braço, o preto é ingrato, por muito que lhes façamos nunca estão contentes, podia-se estar horas a falar do preto mas os brancos não gostavam de perder tempo com isso, bastava dizer, é preto e já se sabe o que a casa gasta. (CARDOSO, 2013, p. 25).

Assim, percebe-se o racismo estrutural na Angola-colônia, ocupada por brancos da metrópole, isto é, de Portugal. Rui internalizou esse preconceito e o reproduz ao longo da sua narração, trazendo perspectivas negativas sobre os povos originários da África, sendo contra a descolonização da Angola e sentindo ódio do negro. Mas Rui – e sua família, amigos e conhecidos – não escapa da condição fronteiriça. Ele nasceu em Angola, mas é branco, filho de portugueses. Mário e Glória, seus pais, são portugueses. Rui está a perder sua casa, seu lar, sua terra, a única de conhece, e está a partir para a terra dos seus pais, que só conhece pelas revistas. A fronteira se instala na situação a partir do momento em que em Angola ele já não possui mais poder do colonizador, e em Portugal ser o outro, o retornado.

Mário acreditava na permanência do jardim e na vida das rosas, fazendo uma analogia entre a epígrafe (e seu texto-origem) e o romance. Isso porque ele demorou muito para providenciar a ida da família a Portugal, após a Revolução dos Cravos. Ele se iludiu sobre o que aconteceria em 1975 e prejudicou a si e a sua família com essa perspectiva errante. Quanto a essa crença, temos o seguinte trecho do romance:

Durante algum tempo o pai continuou a acreditar que 1975 ia ser o melhor ano das nossas vidas, vai correr tudo bem, vamos construir uma nação, pretos, mulatos, brancos, todos juntos vamos construir a nação mais rica do mundo, melhor até do que a América, isto é uma terra abençoada onde tudo que semeia nasce, não há no mundo outra terra assim. (CARDOSO, 2013, p. 32-33).

É importante ressaltar que, apesar do racismo de Mário, ele acreditou que o outro da Angola, o negro, ao se tornar sujeito de sua nação, construiria um país com seu colonizador de até então, os brancos de Portugal. Como se a agressão do opressor não fosse causar uma reação no oprimido. E é justamente o que acontece: no dia que a família viaja a Portugal, o faz às pressas com a ajuda do tio Zé, mas é sequestrado pelos “tropas” negros e sua família parte sem ele.

Sob outro viés, o da não-pertença, Mário se mutila identitariamente para pertencer, ignorando os fatores externos. Ignora a fronteira em que ele e os seus se encontram. Performa o extremo “mim”, sem a consciência de sua condição fronteiriça de ex-colonizador de um povo oprimido por séculos que está a tomar o poder em sua própria terra e, para tal, a quer livre do opressor, isto é, do branco. Mas a realidade bate à porta: “Mas os tiros e os morteiros não pararam, os pretos continuaram a vir de todo o lado e os brancos a irem-se embora, os tropas portuguesas já nem da bandeira queriam saber e os comunistas da metrópole vieram para cá.” (CARDOSO, 2013, p. 33). Essa é a realidade percebida por Rui,

que sabe da condição fronteiriça e da morte das rosas (aludindo à epígrafe).

O pai de Rui, dessa forma, coloca em risco a segurança de sua família ao se alienar da realidade exterior:

A cidade foi ficando mais vazia de dia para dia, se o pai pudesse amarrar os brancos para não se irem embora tinha-o feito, às vezes o pai exaltava-se, não se podem ir embora assim, ao menos deem luta, mas os brancos só queriam correr para o aeroporto e ir para a metrópole, tão covardes, o pai não sabia quem desprezar mais, se os pretos, uns assassinos ingratos, se os brancos, uns covardes traidores. (CARDOSO, 2013, p. 33).

Desse modo, apesar de enxergar o branco colonizador e o negro oprimido em suas esferas polares, Mário os enxerga como covardes e ingratos, respectivamente, quando temos um cenário em que os covardes nada mais são do que brancos conscientes de sua condição fronteiriça e preservando a própria pele, e em que os ingratos são os reativos à opressão de séculos de Portugal para com Angola, devido à colonização que estão a derrubar.

O jardim do texto-origem da epígrafe é metaforizado no romance: “(...) quem vai regar as rosas da mãe, a mãe nunca deixava morrer as rosas, se os dias vinham mais quentes as rosas das vizinhas ficavam tão murchas que até davam pena, nunca as da mãe, de nada a mãe se orgulha tanto como do jardim.” (CARDOSO, 2013, p. 37). Destarte, o jardim de Glória é metaforizado no que tange à descolonização de Angola e à condição fronteiriça da família. As rosas mortas após a ida para Portugal simbolizam o passado português, a história dos retornados, de que não se fala sobre devido ao estigma e à condição de outro do retornado em Portugal.

Além de racismo estrutural, Rui também denuncia em seu discurso a homofobia enraizada, quando fala sobre tio Zé, irmão da mãe Glória, que veio como soldado da metrópole para Angola, mas se aliou à causa dos negros e se relaciona com um deles. Temos também o machismo enraizado: “Até o preto que durante cinco anos nos engraxava os sapatos ao domingo de manhã avisou a minha irmã, cuidado menina que ainda te fazem o mesmo que os brancos fizeram às nossas mulheres.” (CARDOSO, 2013, p. 47). Assim, temos uma referência ao estupro vingativo, porque nas lutas de poder, nas guerras, a mulher permanece em sua condição de objeto.

Além da fronteira social, Rui se encontra na fronteira da adolescência, período entre a infância e a vida adulta, ou seja, de transição: “(...) eu nunca sabia o que queria ser, ainda não sei, acho que não quero ser nada apesar de a mãe dizer que tenho de ser engenheiro das barragens e de o pai dizer que tenho de ser médico ou advogado. (CARDOSO, 2013, p. 44).” Sobre a fase transicional de Rui, afirmamos em pesquisa prévia:

A não-pertença, em *O retorno*, é mais abrangente do que a geográfica, embora a relação entre Angola e Portugal na perspectiva da personagem reforce o desconforto de não pertencer, diminuindo a importância do local em que o jovem Rui estivesse (MACHADO, 2014, p. 38). Isso porque o “narrador-

protagonista em trânsito" (GOBBI, 2015, p. 147) está numa situação que não se restringe a espaços, mas que abrange também a relação do personagem consigo, uma vez que "a narrativa acompanha o reposicionamento existencial que significa a passagem da adolescência à 'vida adulta'". (GOBBI, 2015, p. 147). (BOZZO, 2020, p. 33).

Então, a perspectiva adolescente de Rui relaciona-se com a não-pertença por ele experienciada, bem como com a sua condição fronteiriça no conflito político entre Angola e Portugal. Rui afirma "(...) Angola já não é nossa, (...)". (CARDOSO, 2013, p. 53), em uma percepção sutil acerca da própria condição fronteiriça (e de sua família).

Como dissemos, em Angola, o negro era o outro, mas em Portugal, após a Revolução, o retornado é o outro. Isso fica claro com o comportamento da professora de matemática de Rui na metrópole, bem como com a interpretação dele do ocorrido: "A puta de matemática pôs os retornados na fila mais afastada das janelas, nos lugares com menos luz, deve pensar que somos como as rosas da mãe que murchavam se não lhes dava sol, deve ser isso." (CARDOSO, 2013, p. 141). É interessante notar o paralelo que Rui faz entre os retornados e as rosas de Glória em Angola: para ele, a professora pensa que eles precisam de luz para viver, como as rosas, e os afasta da luz, na tentativa de apagar-lhes a chama da vida.

Nesse paralelo, cabe salientar que na poesia de Loynaz, as rosas já estão mortas, isto é, os revolucionários já figuram o outro na metrópole, o jardim já foi abandonado. A percepção de Rui de que os retornados, na escola, são como as rosas, entrelaça ainda mais os sentidos entre romance e epígrafe, especialmente no que tange à condição fronteiriça dos retornados em Portugal, pois lá são privados de luz, segundo Rui, como as rosas, para que murchem. São mal vistos pelos revolucionários, os quais são odiados pelos retornados, ao menos por Rui e em sua perspectiva. Os retornados, para os revolucionários, exploravam o povo negro nas colônias portuguesas. Claro que, fora da perspectiva adolescente e imatura de Rui, é possível traçar uma verificação desse discurso e entender que sim, houve exploração, o que é inclusive claro no discurso do narrador-protagonista. Mas nosso foco, aqui, é demonstrar a condição fronteiriça do retornado em Portugal, tão rejeitado que lhe é vedada a luz na sala de aula, a energia vital das rosas. Segundo Rui, ao fazer a comparação com as flores, ele afirma que a professora quer que os retornados "murchem". E é assim que eles são recebidos na metrópole: colocados em quartos super lotados em hotéis que, apesar de serem de luxo, os tratam mal. Em Angola, os colonizadores, os brancos, eram o centro. Após o retorno, em Portugal, eles são a fronteira: "Apesar de haver quase todos os dias macas entre nós também é verdade que nos preocupamos uns com os outros, temos de nos manter unidos, os de cá ainda gostam menos de nós do que os pretos de lá." (CARDOSO, 2013, p. 219). No trecho, é possível identificar que Rui reconhece a condição fronteiriça dos retornados e o ódio daqueles que não o são por eles.

É importante ressaltar que Rui passa um período narrando como se o pai fosse para Portugal encontrá-los a qualquer momento no hotel Estoril, onde estão alojados. Posteriormente, por já ter passado um tempo desde o retorno, Rui passa a duvidar do retorno do pai, apesar de continuar defendendo o episódio futuro à mãe. Seu discurso é permeado pela sensação, primeiramente, de certeza da volta do pai, e depois, da dúvida: “(...) vamos embora logo que o pai chegue. Vamos embora logo que o pai chegue. O pai vai chegar. Não posso ter medo que o pai nunca chegue.” (CARDOSO, 2013, p. 143). Assim, Rui constrói para si verdades as quais é capaz de suportar sobre a mítica chegada do pai.

Outro aspecto que torna a família ainda mais pertencente ao espectro do outro é a doença de Glória, mãe de Rui: “Às vezes, quando estamos à mesa no restaurante, a mãe fala como se o pai estivesse à sua frente, acho que até as pessoas das mesas ao lado dão conta.” (CARDOSO, 2013, p. 144). A condição da mãe, não esclarecida no romance, parece ser algo como esquizofrenia ou algum transtorno psíquico do tipo, apesar de Rui e sua família acreditar que há demônios que entram no corpo da mãe. Já em Angola, as vizinhas caçoavam da mãe de Rui por sua condição, por estar sempre a esquecer tudo, pela sua confusão e pelas crises. Ou seja, já em Angola, onde a família de Rui não era o outro na sociedade, não estava em condição fronteiriça, era posta nessa condição e na condição de não-pertença pelo comportamento diferenciado da mãe de Rui. Em Portugal, marcados pela outridade e pela fronteira, a doença de Glória é mais um marcador social que, dentro do espectro social dos retornados, torna a família marcada, novamente, pela outridade, pela condição fronteiriça, pela não-pertença. Isso se dá porque Rui suspeita o tempo todo de quando a mãe terá uma crise, de quando perceberão de vez que não é neurotípica. Quando isso acontece, Rui narra a crise da mãe na fila do jantar do hotel entremeando o discurso às idas aos curandeiros e médicos em Angola, persistindo na visão preconceituosa de que a mãe recebe demônios no corpo.

Ainda, interessa-nos o trecho em que Rui deixa claro que Glória, sua mãe, repetia a frase da epígrafe do romance:

Será que a nossa pitangueira continua a dar pitangas, a mãe diz que tem a certeza que as roseiras morreram de tristeza, que perderam as pétalas uma a uma até ficarem com o coração à mostra. Nunca nos deixava tocar nas rosas, as coisas que morrem não se devem tocar, a mãe sempre disse coisas estranhas. (CARDOSO, 2013, p. 150-151).

Nessa relação romance-epígrafe, podemos relacionar que a os retornados – ao menos os da família de Rui – morreram, metaforicamente, de tristeza, e que perderam as pétalas, partes suas, até ficarem nus metaforicamente. Isso ocorre com Rui, que vai perdendo as pétalas da esperança da chegada do pai, além de adquirir comportamento revoltado e agressivo. E acontece com Glória, que vai perdendo a sanidade mental na situação vulnerável em que se encontra, sozinha, com dois filhos adolescentes em um país que deixou quando não era muito mais velha que eles. Por fim, o processo se dá também

com Milucha (Maria de Lurdes), irmã de Rui, que foi perdendo a mania de implicar com o irmão e a alegria que tinha quando vivia em Angola, na perspectiva de Rui:

(...) a minha irmã tão triste que já nem discute comigo nem me chama de estúpido. Quando nos formos embora daqui minha irmã vai voltar a ser como era, vai zangar-se comigo outra vez por tudo e por nada, seu estúpido, aleijaste-me, seu estúpido, estragaste-me o livro. Quando tivermos no Brasil a minha irmã vai gostar outra vez de esticar os caracóis e de se pôr bonita para ir às festas, de ler fotonovelas, no Brasil não há frio e há frutas como as de lá, a minha irmã pode comer as pitangas que quiser. (CARDOSO, 2013, p. 150).

Assim, percebemos a construção da tristeza e apatia de Milucha na situação em que se encontra, e na vontade de Rui de remediar isso, contando com a chegada do pai que os levará, em sua concepção, para outro lugar que não Portugal.

Rui acreditava que o pai precisava chegar até o dia oficial da descolonização da Angola, 11 de novembro de 1975, que seria a data em que a ponte aérea para os retornados seria fechada. Quando esse dia chegou e Mário ainda não tinha chego, Rui perdeu sua última pétala de esperança e afirma: “O pai morreu.” (CARDOSO, 2013, p. 153). O narrador-protagonista afirma, ainda:

Não consigo viver à espera que o pai chegue. Ninguém consegue viver sempre à espera de uma coisa assim. Sejas tu quem fores, tens de existir para que eu não espere mais. Sejas tu quem fores, existes e eu não espero mais. Sejas tu quem fores, escolheste matar-me o pai.

O pai morreu. (CARDOSO, 2013, p. 154).

Quando Rui diz “sejas tu quem fores”, é uma recorrência de uma espécie de conversa com um ente divino, aquilo que chamamos de Deus no ocidente. A partir desse dia, Rui passa a assumir o papel de único homem da família e a ter certeza de que é seu papel cuidar da mãe e da irmã: “Mas o pai não está connosco nem nunca mais estará, agora sou eu o chefe de família e tenho de levar a mãe e a minha irmã para a América.” (CARDOSO, 2013, p. 197). Nesse sentido, Rui assume esse papel e planeja tirar a família da situação em que se encontra.

Rui comenta sua não-pertença ao Estoril:

(...) a minha mãe e a minha irmã têm razão, este quarto com esta varanda de onde se vê o mar não é uma casa. Muito menos a nossa casa. Se fosse a nossa casa devia ser bom fumar aqui um cigarro. Seria só fumar o cigarro como quando fumava no muro da tabacaria do Sr. Manuel. Mas assim é diferente, assim é fumar um cigarro num sítio a que não pertencço e a que nunca pertencerei. (CARDOSO, 2013, p. 172).

Assim, a não-pertença, a priori geográfica, de Rui, refere-se não só ao hotel Estoril, mas à Portugal e também a Angola, que como a conheceu já não existe. Rui não pertence geograficamente, mas isso se estende à sua idade transitória, a adolescência, o que dá margem para extensão, também à psique do narrador-protagonista. Rui é o extremo “eu”, que se exclui por sentir-se excluído, a prova disso é não se misturar com os não retornados

na escola, excetuando Teresa Bartolomeu, sua paquera. Já Milucha é o extremo “mim” – mutila-se identitariamente para pertencer – e um exemplo disso é negar a condição de retornada ao ponto de ficar com fome na escola para não usar o cartão dos retornados que lhe dá direito a um lanche.

Finalmente, no décimo sétimo capítulo, Mário chega ao Estoril para encontrar a família: “Ninguém volta da morte mas o pai está à porta do osso quarto.” (CARDOSO, 2013, p. 220). É perceptível o choque de Rui, por ter considerado o pai morto para poder seguir em frente e assumir o exaustivo posto de chefe de família. O narrador-protagonista sente-se livre do posto com a chegada do pai: “Estou tão contente que pego no Sandro ao colo, o pai está aqui e eu já não sou o chefe de família.” (CARDOSO, 2013, p. 220). Nesse momento, percebemos o alívio de Rui ao perder o posto para o pai, pois agora pode voltar a ser adolescente, filho, irmão.

No total, a família de Rui passou mais de um ano no hotel Estoril. E vão-se embora para a casa nova aproximadamente em novembro de 1976. Mário junta-se com cinco sócios para abrir uma fábrica de blocos de cimento com um empréstimo do IARN.

Rui revela, também, as inúmeras cicatrizes no tronco nu do pai, para as quais o narrador-protagonista não consegue olhar. As cicatrizes são as marcas que o Império Português deixou nos retornados, mas que ainda não se comparam aos séculos de racismo estrutural para com os povos originários dos territórios antes coloniais. Essas marcas pelo corpo de Mário, as marcas da tortura feita pelos negros, são consequência da resposta do oprimido àquele que ele acreditava ser o opressor, o branco que ocupava suas terras e matava seus povos (os negros de Angola acreditavam que Mário era assassino de negros). As cicatrizes são as rosas mortas no jardim de Glória, que não se devem tocar. Porque simbolizam a história dos retornados, silenciada por anos, e contada ficcionalmente por Dulce Maria Cardoso, que a vivenciou, no romance que constitui o *corpus* desse estudo. E esse romance termina com a frase, dita duas vezes, “Eu estive aqui.” (CARDOSO, 2013, p. 267), marcando o sentimento do narrador-protagonista frente à fase mais fronteiriça de sua existência recente de retornado: a estadia no hotel Estoril.

5 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Dentre os tópicos estudados pelos estudos decoloniais, destacamos a condição frinteira como tema de nosso estudo. Tal condição consiste naquela vivenciada pelos sujeitos que estão nem lá, nem cá: geograficamente e/ou existencialmente. O conceito serviu bem para a averiguação do *corpus* proposto: o romance *O retorno*, de Dulce Maria Cardoso, e sua epígrafe (e texto-origem dessa), de Dulce María Loynaz.

Foi possível concluir que o romance e sua epígrafe, bem como a relação romance-epígrafe, são permeados pela condição fronteiriça e pela não-pertença, tema secundário que selecionamos em pesquisas prévias sobre a produção literária de Cardoso. Identificamos,

no narrador-protagonista, a postura do extremo “eu” no que tange à não-pertença, bem como seu comportamento e consciência de sujeito que está na fronteira. Isso se estendeu ao seu núcleo familiar e aos retornados retratados no romance, que ficcionaliza um evento real, ou seja, a Revolução dos Cravos e a dissolução do Império Português, principalmente no que diz respeito à descolonização da Angola.

REFERÊNCIAS

BERNARDINO-COSTA, J.; GROSFOGUEL, R. Decolonialidade e perspectiva negra. **Revista Sociedade e Estado**, Brasília, v. 31, n. 1, p. 15-24, jan./abr. 2016.

BOZZO, G. C. B. Não-pertença: uma definição psicossocial. In: MATOS, T. N. F. de. **Psicologia: compreensão teórica e intervenção prática 3**. Ponta Grossa: Atena Editora, 2020.

_____. **O que é a não-pertença e como se dá a sua construção em *Os meus sentimentos*, de Dulce Maria Cardoso**. Ponta Grossa: Atena Editora, 2020.

CARDOSO, D. M. Entrevista a Gustavo Bom. Dulce Maria Cardoso: O que me fez pensar no que estamos aqui a fazer foi o olhar de um cão. **Diário de Notícias**. 17 ago 2016. Disponível em: <http://www.dn.pt/portugal/entrevista/interior/dulce-maria-cardoso-o-que-me-fez-pensar-no-que-andamos-aqui-a-fazer-foi-o-olhar-de-um-cao-5342457.html>. Acesso em: 20 ago 2016.

_____. **O retorno**. Rio de Janeiro: Tinta-da-China Brasil, 2013.

LOYNAZ, D. M. Rosas. E, ainda uma vez, Dulce Maria Loynaz. **Viva a poesia**. 8 jun 2018. Disponível em: <https://serpoeta.blogspot.com/2018/06/e-ainda-uma-vez-dulce-maria-loynaz.html>. Acesso em: 20 de maio de 2020.